

O intelectual e o turista regionalismo e alteridade na tradição literária brasileira

Luís Bueno¹

Resumo

Este artigo propõe a noção de *turismo* para designar e discutir um impasse central da tradição literária brasileira: o problema de figuração que resulta da separação radical entre o universo da elite letrada, de onde costumam sair os escritores, e o mundo do iletramento, de onde frequentemente saem suas personagens. Com ela, seria possível superar o paradigma espacial que embasa um conceito como o de “regionalismo” (derivado do nativismo) e compreender como parte do mesmo problema (o da alteridade) a representação do caipira que mora longe daquela elite e do pobre urbano seu vizinho. Ou seja, rever como uma tradição literária sempre descrita como fundada em divisões – entre regional e urbano, social e psicológico, cotidiano e sublime, apenas para ficar em algumas.

Palavras-chave

História da literatura brasileira, ficção brasileira, alteridade

Recebido em 2 de junho de 2012

Aprovado em 6 de julho de 2012

BUENO, Luís. O intelectual e o turista: regionalismo e alteridade na tradição literária brasileira. *Revista IEB*, São Paulo, n. 55, p. 111-126, 2012.

1 Professor adjunto de Literatura Brasileira e Teoria da Literatura na Universidade Federal do Paraná (UFPR, Curitiba, PR, Brasil) e Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: luis@ufpr.br.

The intellectual and the tourist regionalism and otherness in Brazilian literary tradition

Luís Bueno

Abstract

This paper proposes the use of *tourism* as a new concept to define and study a decisive dilemma in the constitution of Brazilian literary tradition: the difficulty involved in the process of literary representation in a society where there is a radical separation between the universe of an literate *élite*, where writers usually come from, and the world of illiterate and poor people, where frequently their characters come from. Manipulating this concept, one would be able to trespass the spacial paradigm that lies under the very used concept of “regionalism” (derived from nativism) and consider the representation of rural man, who lives far from that *élite*, and the urban poor man who lives near, as two sides of the same coin. In other words, it would make possible to redefine a literary tradition usually depicted as based on oppositions: rural *or* urban, social *or* psychological, material *or* spiritual life, to mention just a few.

Keywords

Brazilian literary history, Brazilian fiction, otherness



Duas palavras sobre turismo

Partindo do presumível aumento de aborrecimento nos aeroportos depois do atentado frustrado em voo entre Amsterdam e Detroit na noite de Natal de 2009, o colunista da *Folha de S. Paulo* Luiz Felipe Pondé, em janeiro de 2010, publicou um texto em que investia contra o turismo. Para além dos maçantes procedimentos de segurança nos aeroportos, ele abordou chateações adicionais por que passam os bons viajantes de nosso tempo, chegando à evocação de uma experiência pessoal:

Em 1992, quando fiquei um tempo na Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha, visitei a catedral (ex-mesquita) de Córdoba. Numa tarde de outono, os sinos tocavam e pombas voavam no pátio. O silêncio na catedral era uma prova da presença de Deus ou Alá. Meus olhos, diante daquela beleza moura, eram como pulmões sem ar em meio a tanto ar puro. Voltei lá depois. Não se ouve [sic] mais sinos. As pombas se suicidaram diante da horda de invasores de férias. O silêncio fugiu. A beleza se recolheu. Só se ouve o ruído da horda e de suas câmeras filmadoras.²

Para ele, como não é difícil perceber, o mundo se divide entre os visitantes do bem e os do mal. Para descrever os do mal, que encarnam um turismo “das hordas” de nossos dias, feito por gente sem dinheiro nem classe, recorre a Cioran, reescrevendo-o a seu modo: “os ‘novos bárbaros’ (os turistas) tomaram o lugar dos ‘viajantes’, pessoas que

2 PONDÉ, Luiz Felipe. Churrasco na laje em Paris. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 jan. 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1101201016.htm>>. Último acesso em 9 out. 2010.

amam conhecer o mundo pra se ‘espantar’ com ele, e não torná-lo seu ‘churrasco na laje em Paris’”³. Sempre postado naquele lugar superior do “verdadeiro” intelectual em que se enxerga, Pondé decerto não se identifica com os que ele chama de “turistas”, mas sim com os que prefere tratar de “viajantes”, aqueles cuja fina sensibilidade permite enxergar a beleza do mundo, ouvir a voz da divindade – seja ela qual for –, ou até mesmo recuperar o lirismo dessa praga urbana que são as pombas.

No mês seguinte à publicação desse artigo, naquela Paris sem lajes nem churrascos, saía, pela coleção “Café Voltaire” da editora Flammarion, um livro chamado *Tous touristes*, do ensaísta e crítico literário Marin de Viry, que se abre com a seguinte afirmação: “perscrutando a imprensa desses últimos dez anos, percebi que a questão do turismo se organiza em torno de francas oposições entre bem e mal”⁴. O autor lista, em seguida, uma série de antinomias que dão corpo a essa oposição, duas das quais são as seguintes: “o turismo como estúpido parêntese ensolarado do esquecimento *versus* o turismo enriquecedor da alma, alicerçado na comunhão com a natureza, o cosmo, o outro, a sabedoria, as religiões; o turismo-viagem, longo, autônomo, singular, aberto ao risco *versus* o turismo emoldurado, alicerçado em eventos predeterminados”⁵.

Colocando lado a lado os dois textos, é fácil perceber que o viajante que se pretende único e especial, na verdade, pertence a outra horda, aquela que simplifica o debate acerca do turismo, que não fica bem definido pela simples oposição entre as atitudes de “viajantes” e “turistas”. Afinal, o turismo é, pelo menos em princípio, um espaço possível para o difícil contato com o outro. É o que nos diz ainda Viry, quando esclarece qual seria, para o turista médio, o critério definidor do que seria uma viagem bem-sucedida:

A resposta, fornecida por estudos qualitativos numerosos e variados, é bastante precisa. Interrogado no aeroporto, “na ida”, o turista médio mundial declara que fazer uma viagem bem-sucedida é ter um contato pessoal com os habitantes do lugar visitado. Como se verá a seguir, esse objetivo é raramente atingido, no máximo por 10% dos turistas.⁶

3 Idem.

4 VIRY, Marin de. *Tous touristes*. Paris: Flammarion, 2010, p. 7. Traduzi para citar.

5 Idem, p. 7-8.

6 Idem, p. 26.

Esses dados são significativos porque indicam que o objeto de interesse do turismo não são os lugares, mas o outro, e, sobretudo, deixam patente a dificuldade que representa esse contato com o outro – e colocam o problema do turismo em nossos dias muito além da mera oposição entre os refinados viajantes intelectualizados e os turistas sem estirpe nem educação.

O intelectual turista

Essas considerações, aparentemente sem propósito numa discussão sobre a tradição literária brasileira, vêm, ao contrário, bem a propósito de uma conhecida formulação feita por Lúcia Miguel Pereira em seu *Prosa de ficção (De 1870 a 1920)*. Num texto que se tornou referência, ela procura dar uma definição precisa de “regionalismo” e identifica o escritor regionalista ao turista: “[h]á na sua atitude alguma coisa do turista ansioso por descobrir os encantos peculiares de cada lugar que visita, sempre pronto a extasiar-se ante as novidades e exagerar-lhes o alcance”⁷. Essa caracterização descreve a literatura regionalista brasileira da virada do século XIX para o XX, a mesma que Antonio Candido, em “Literatura e subdesenvolvimento”, liga a uma longa tradição nascida do nativismo (daí sua fascinação pelo *lugar*), e à qual chama de “regionalismo pitoresco” em sua “forma mais espúria”⁸.

Segundo Lúcia Miguel Pereira, esse turismo literário teria durado três décadas, começando já na estreia de Valdomiro Silveira, o primeiro desses regionalistas a publicar, em 1891, e terminando apenas com a criação do Jeca Tatu, aquele que, na avaliação da crítica, teria sido “a única personagem-símbolo criada pelo nosso regionalismo [...]. Afinal fora vencido o grande empecilho do regionalismo – a posição de turista assumida pelos escritores”⁹.

Vale a pena, antes de tudo, ler alguns textos desses escritores turistas para verificar até que ponto seu turismo tem como traço dominante a ideia de lugar – ou seja, se tem relação direta com o “regionalismo” em sentido estrito – ou se a questão se localiza mais na dificuldade geral dos turistas modernos apontada por Viry, ou seja, o contato com o outro. Tomemos então dois contos – um de Afonso Arinos e outro de Valdomiro

7 PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 180.

8 CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987, p. 159.

9 Idem, p. 186.

Silveira – ligados apenas pela tematização da violência: “A esteireira” de *Pelo sertão*, e “Força escondida” de *Leréias*. Vale a pena adiantar que esses dois contos não estão entre aqueles que Lúcia Miguel Pereira destaca como exemplos de superação do regionalismo mais restrito. No caso dos dois autores, aliás, a crítica destaca apenas um conto de cada um no conjunto da obra, caracterizado cada um deles como a obra-prima do autor. De Afonso Arinos, ela menciona “A garupa”, e de Valdomiro Silveira aponta “Camunhengue” de *Os caboclos*, que considera “na verdade excelente”¹⁰.

“A esteireira” é a história de um assassinato por ciúme. Ana Esteireira, assim chamada por conta do ofício do pai, fabricante de esteiras, é apaixonada pelo Filipinho, um bandidinho: “Era turbulento, mas não fizera morte nem roubo”¹¹. Cisma a moça que o namorado arrasta asa para a Candinha do Fundão. Convida a rival para um passeio e a mata cortando-lhe a carótida, com o detalhe brutal de beber-lhe o sangue para que ele não empape a terra da estrada, denunciando o crime. Como se vê, o enredo não tem caráter regional que, salvo engano, se localiza apenas no cenário da pequena cidade sertaneja, bem pouco descrito, aliás. Poderia estar esse elemento regional no motor do crime, mas não está. A crueldade da Esteireira tem outro fundamento. O conto se abre com uma longa descrição da moça, uma mulata que em tudo se enquadra no estereótipo: “cheia de corpo”, andava enfeitada e com os seios “duros, saltitantes” praticamente à mostra todo o tempo. A descrição é assim arrematada: “As linhas do rosto, corretas que eram, representavam no conjunto de seu corpo o cunho da raça caucasiana. Esse conjunto aliava à graça da européia a sensual indolência das filhas d’África”¹².

Não parece ser o meio, portanto, colocado em primeiro plano, mas a raça, ou a mistura de raças, o que se confirma quando o narrador nos revela o verdadeiro móvel do crime: “no cérebro encandecido da mulata principiou a crepitar uma labareda de idéias ferozes, filhas do seu sangue e da sua educação”¹³. Quem mata, em primeiro lugar, não é a sertaneja propriamente, é a mulata! O turismo de Afonso Arinos, pelo menos aqui, não é de quem viaja num outro lugar, mas sim entre outra gente.

No caso de “Força escondida” é ainda mais difícil localizar a dominante regional no desenvolvimento do enredo. É verdade que se trata de um monólogo de um caipira, com evidentes marcas de oralidade regional,

10 Idem, p. 197.

11 ARINOS, Afonso. A esteireira. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1969, p. 73.

12 Idem, p. 72.

13 Idem, p. 75.

se é que se pode utilizar essa expressão. No entanto, nada há no enredo ou na constituição da personagem que explique o fato de ter matado a mulher, com quem vivia bem e que não lhe dava qualquer motivo de desgosto: “A Ogusta era u’a mulher de patente, como vassuncê sabe; eu p’ro lado dela, vivia feliz e vivia descansado”¹⁴. A única explicação que Venâncio, o narrador, dá é uma inexplicável tristeza que havia sentido no final da tarde de trabalho que antecedeu ao crime: “Ora, como eu ia dizendo peguei a entristecer, a troco de nada, e um nó muito acochado me apertou a garganta e me pôs o coiração num bate-bate esquipado, sem motivo nem p’ra que”¹⁵. Como se vê, o conto só tem de regional a localização.

A mesma história poderia se passar em ambiente urbano, por exemplo. É até difícil localizar o turismo regional aqui. Será que desse conto seria justo dizer que “a língua, os gestos, os sentimentos típicos demais emprestam às figuras aparências de atores”¹⁶, para repetir as palavras de Lúcia Miguel Pereira? O que Valdomiro Silveira parece procurar é uma ligação com o outro, ainda que ciente das diferenças que o separam dele. Se, por um lado, esse outro, já que se trata de agricultor, tem fala e estilo de vida típicos, longe daquilo que a própria crítica chama de “civilização niveladora”¹⁷, o que o move é algo que está fora do típico e só encontraria na psicologia uma explicação. O crime motivado por alguma forma aguda de disforia psicológica não é típico de lugar nenhum. O turismo, nesse caso, não se enquadra naquele esquema simplificador de Luiz Felipe Pondé nem no simplificante que Lúcia Miguel Pereira denuncia. É um turismo que mede a sua distância do outro e, ao mesmo tempo, procura os pontos de contato.

Ora, mesmo se tomarmos o reparo central que Lúcia Miguel Pereira faz a Afonso Arinos, veremos que o regionalismo é problema subsidiário. Afinal de contas, segundo ela, a coesão de suas histórias “é muitas vezes destruída pela disposição psicológica do autor – a do homem civilizado, requintadamente civilizado mesmo, numa busca intelectual e sentimental da vida agreste”¹⁸.

O que se quer apontar aqui é que, entre nós, dadas as enormes diferenças sociais que nos marcam, o turismo parece inevitável e se encontra sob uma grande gama de formas – entre as quais poderíamos listar o

14 SILVEIRA, Valdomiro. Força escondida. In: _____. *Leréias*. São Paulo: Martins, 1945, p. 112.

15 Idem, p. 112-113.

16 PEREIRA, Lúcia Miguel. op. cit., p. 180.

17 Idem, p. 179.

18 Idem, p. 195.

regionalismo. É claro que, para que essa afirmação não soe absurda, é preciso separar a ideia de superficialidade da de turismo, entendendo esta palavra como designação geral do interesse por outras terras e por outras gentes.

Hoje, numa Europa que se vê na posição de lugar de confluência por conta de uma imigração variada, discute-se muito o problema da identidade, sublinhando-se a inviabilidade de defini-la como algo uno e estável. Para mencionar um exemplo recente, publicado num país em que essa questão tem tido consequências práticas importantes, vale evocar um livro, também de 2010, de Jean-Luc Nancy, que se chama exatamente *Identité* e foi motivado pela proposta do chefe de Estado francês de definir uma identidade nacional francesa em 2009. A certa altura, Nancy afirma que o desejo de identificação dos franceses com os ancestrais gauleses tinha o objetivo de “não nos deixar abrigar sob a identidade germânica dos francos cujo nome mantemos”¹⁹, para em seguida concluir: “Os alemães desapareceram. Os negros, os árabes estão sempre aqui, além de muitos outros, misturados aos gauleses. Sabemos bem que eles são o problema e são eles que deveriam entrar na identidade em questão”²⁰.

O que Nancy aponta é o quanto o exótico agora se encontra na esquina, incorporando-se a uma identidade local, e não mais a milhares de quilômetros, no Novo Mundo, nas colônias ou Deus sabe onde. Ora, no Novo Mundo, nas colônias ou Deus sabe onde, esse problema da presença do exótico não constitui novidade: antes integra a identidade, tornando difícil separar o exótico do local. No tipo de turismo de que estamos tratando, o dos escritores brasileiros, o local é o mundo de uma elite letrada, e o exótico é, salvo engano, todo o resto. O intelectual, no Brasil, sempre fez o gesto corajoso – embora muitas vezes também desastroso – de ir ao encontro desse exótico, praticando as mais diversas formas de turismo e sendo criticado pela forma como fez esse gesto. Alencar acusa Magalhães de ser um mau turista, de compreender mal esse exótico, e colocando-se em lugar, deseja o impossível: “pediria a Deus que me fizesse esquecer por um momento as minhas idéias de homem civilizado”²¹. O mesmo Alencar seria acusado por Joaquim Nabuco de só conhecer esse exótico pelos livros, turista que nem se incomoda de viajar, contentando-se em compulsar os guias.

Sobre o surgimento do romance no Brasil, diz Antonio Candido:

19 NANCY, Jean-Luc. *Identité – fragments, franchises*. Paris: Galilée, 2010, p. 22-23. Traduzi para citar.

20 Idem, p. 25.

21 ALENCAR, José de. Cartas sobre a Confederação dos tamoios. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Jose Aguilar, 1960, p. 865.

Dentre os temas brasileiros, impostos pelo nacionalismo, tenderiam a ser mais reputados os aspectos de sabor exótico para o homem da cidade, a cujo ângulo de visão se ajustava o romancista: primitivos habitantes em estado de isolamento ou na fase dos contactos com o branco; habitantes rústicos, mais ou menos isolados da influência européia direta.²²

Enfim: se há um problema de origem da literatura brasileira, ele é exatamente o da representação da alteridade. Regionalista ou não, o escritor brasileiro sempre se debate com as limitações e as potencialidades que a consciência da alteridade traz. Mas vamos nos restringir aqui à tradição literária posterior aos casos analisados por Lúcia Miguel Pereira. Como lidar com a ideia de que a postura de turista acaba em Monteiro Lobato? Será que a complexa representação da alteridade como elemento constituinte de uma identidade já foi resolvida no interior da tradição da ficção brasileira? O turismo acabou?

Para responder afirmativamente a essa pergunta, teríamos que assumir que a geração que escreveu o romance de 30, por exemplo, não se constituía mais de turistas. Mas como isso seria possível, se as distâncias sociais permanecem? Tomemos por exemplo a obra significativa de três escritores que estrearam entre 1930 e 1931, posteriores, portanto, à maturidade literária de Monteiro Lobato: José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Marques Rebelo. São autores que lidam, a partir do local do letrado, com o mundo do iletramento, seja no ambiente do engenho, da fazenda no sertão, da capital periférica ou do subúrbio da capital federal. É verdade que aquele turismo encantado e generalizador encarnado num regionalismo estreito que Lúcia Miguel Pereira aponta, de forma geral, desaparece, e um sinal evidente disso é a própria linguagem em que esses autores escreveram, capaz de obter alguma forma de síntese entre a língua culta e a oralidade. O dado regional muda de figura, tratado que é por uma perspectiva “de dentro”. Isso se percebe claramente num livro como *Menino de engenho*, onde o mundo da propriedade rural nordestina não aparece como lugar exótico, pelo menos do ponto de vista do narrador. Lá é mesmo o lugar da formação desse narrador, espaço, portanto, da familiaridade. Parece que se trata de um antiturismo, já que temos um narrador que circula por um espaço que lhe é próprio, mais ou menos como um morador de Copacabana que deixa seu apartamento, digamos, na Barata Ribeiro e vai até a praia: que turista é esse?

22 CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, v. 2, 1981, p. 115.

A questão é que mesmo aí a alteridade se impõe. Carlinhos de Melo, representante da elite letrada, é uma espécie de *turista de classe* em *Menino de engenho*. Mesmo estando próximo, é de longe que ele vê os moleques pobres, os trabalhadores do eito, as velhas ex-escravas. É verdade que se trata de turista consciente dessas distâncias e capaz de incorporar em sua voz, de alguma maneira, a voz do outro²³ – e é exatamente essa consciência que marca o percurso dessa geração de turistas. Vendo as coisas assim, o turismo, então, não cessa com Monteiro Lobato.

E, é bom que se diga, nem com Guimarães Rosa. Estamos habituados a ver no autor de *Grande sertão: veredas* alguém que supera as limitações do regionalismo. Em “Literatura e subdesenvolvimento”, Antonio Candido aponta uma “superação dessas modalidades”²⁴, em que “as regiões se transfiguram e os seus contornos humanos se subvertem, levando os traços antes pitorescos a se descarnarem e adquirirem universalidade”²⁵. O pano de fundo dessa formulação é compatível com a de Lúcia Miguel Pereira, mas a complica. Leva em conta uma oposição de base entre o regional e universal, mas vislumbra uma possibilidade de elevação do local ao universal, um “aproveitamento do que antes era a própria substância do nativismo, do exotismo e do documentário social”²⁶. Por meio dessa operação mais complexa, cria uma categoria, o super-regionalismo, capaz de lidar com obras como as de Guimarães Rosa. Assim, seria possível pensar nesse escritor (ou Juan Rulfo ou Vargas Llosa) como alguém que, por um lado, integra uma tradição, mas, por outro, a subverte e, com isso, a supera, tornando-a de certa forma obsoleta. São autores que praticam “em suas obras, no todo ou em parte, tanto quanto Cortázar ou Clarice Lispector no universo de valores urbanos, uma espécie de nova literatura, que ainda se articula de modo transfigurador com o próprio material daquilo que foi um dia o nativismo”²⁷.

Saindo do escopo do regionalismo e tirando partido da ideia de turismo, a questão muda um pouco de aspecto, e pode incluir até mesmo a literatura que se inscreve no universo dos valores urbanos, já que a diferença entre classes continua gerando uma diferença radical entre o mundo do homem letrado e o do iletrado, que ele tenta figurar. O

23 Para uma análise mais desenvolvida desse aspecto de *Menino de engenho*, ver: BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp/ Campinas: Unicamp, 2006, p. 141-156.

24 CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987, p. 161.

25 Idem, *ibidem*.

26 Idem, *ibidem*.

27 Idem, p. 162.

localismo, ou o nativismo, ou o regionalismo passam a ser categorias que integram o esforço de representação da alteridade que está na base de nossa tradição literária – a universalidade, dessa maneira, não se opõe a elas por princípio, e podemos respirar aliviados ao ler contos de Valdomiro Silveira, como “Força escondida” ou “Camunhengue”, e reconhecer que, neles, o dado local não impede de forma nenhuma, antes reforça, a possibilidade de estarmos diante de uma literatura que, como define Lúcia Miguel Pereira, “interessa-se pelos indivíduos especificamente, porém na medida em que se integram na humanidade”²⁸.

O que Guimarães Rosa faz, nessa perspectiva, é uma forma de turismo com uma consciência extremamente aguda do problema que envolve a alteridade e a identidade. Não busca suprimir distâncias que existem, mas uma forma estética capaz de produzir uma síntese na diversidade. Nesse sentido, está perto da experiência de Graciliano Ramos. A consciência das distâncias que nos separam do outro está nas fundações da obra do alagoano, e toma forma aguda num livro como *Angústia*, em que até mesmo o deslocamento de um lugar social a outro produz uma impossibilidade de identificação. É assim que o ex-andarilho, depois de convertido em funcionário, sente-se incapaz de ser compreendido e de compreender os andarilhos que ainda o são. Em *Vidas secas*, essa consciência produz um romance com um narrador e um desenho temporal específicos, em que o mundo do letramento conduz a obra, mas deixa aflorar o mundo do iletramento²⁹.

Mas, por outro lado, Guimarães Rosa, ainda que munido da mesma consciência, opera de forma diferente, porque sua relação com o mundo do iletramento é outra. Identifica claramente uma perda naquela ação da “civilização niveladora”, mas sabe que se trata de ação em curso. Não tem nostalgia, não pensa numa volta ao arcaico. Mas percebe claramente que a modernização brasileira não precisa ser violenta como tem sido historicamente e vislumbra mesmo uma modernização que tem forma específica, não reduzida a modelos formulados nos centros hegemônicos daquela civilização. É assim que Joca Ramiro planeja a travessia do Sussuarão com a grande arma da razão moderna, o planejamento estratégico que prevê víveres, água, trajeto – e fracassa. Riobaldo, por sua vez, letrado e filho de proprietário, planeja outra coisa: o aproveitamento da natureza, que só é possível para quem sabe lê-la, o que aqueles que

28 PEREIRA, Lúcia Miguel. op. cit., p. 180.

29 Para uma análise mais desenvolvida deste aspecto, mais uma vez remeto a *Uma história do romance de 30*.

integram a tal “civilização niveladora” já não são mais capazes de fazer – e se sai bem.

Mal comparando, Guimarães Rosa, homem letrado, anda por um território em que a razão do mundo moderno do letramento não vigora. Movido por um interesse genuíno em relação a esse outro mundo, é como se andasse numa cidade em que jamais esteve, em que suas noções de perto e distante, de familiar e estranho, de cá e lá simplesmente não vigoram. Ao voltar para sua cidade, ele não pode dizer que de fato conhece a cidade visitada, porque reconhece que a distância em relação ao outro não pode ser superada pela simples simpatia. Mas também não pode dizer que não a conhece. Algo dela, talvez diferente daquilo que os moradores de lá reconheceriam como próprio de sua terra, incorporou-se a ele e passa a integrar sua visão de mundo. Na sensibilidade desse turista, uma nova síntese se forma, a partir do que ele entende ser uma cidade, por um lado, e as cidades concretas que ele pôde conhecer, de outro. O mundo arcaico do iletramento habita o escritor-turista, que passa a escrever numa língua que é uma complicadíssima operação erudita feita com a matéria-prima do iletrado.

O turismo em nosso tempo

Tudo isso contribui para a impressão de que Guimarães Rosa fecha um problema, resolve uma equação. O que vem depois dele precisa integrar outra tradição, em que o regionalismo ou já não é possível ou converteu-se noutra coisa. É nessa perspectiva, por exemplo, que trabalharia Rubem Fonseca, que chega a explicitar tal posição num trecho muito citado do conto em forma de entrevista com um escritor que fecha o livro *Feliz ano novo*, “Intestino grosso”:

Existe uma literatura latino-americana?

Não me faça rir. Não existe nem mesmo uma literatura brasileira, com semelhanças de estrutura, estilo, caracterização, ou lá o que seja. Existem pessoas escrevendo na mesma língua, em português, o que já é muito e tudo. Eu nada tenho a ver com Guimarães Rosa, estou escrevendo sobre pessoas empilhadas na cidade enquanto os tecnocratas afiam o arame farpado. [...] ⁵⁰

50 FONSECA, Rubem. *Feliz ano novo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 145.

O escritor brasileiro posterior a Guimarães Rosa, então, nada tem a ver com Guimarães Rosa, porque o sertão não tem mais vigência: é o universo urbano que interessa: a cidade, o espaço do “universal”, do “não-regional” por natureza. “Pessoas empilhadas”, eis aí uma imagem que interessa analisar. Toda pilha tem uma mesma base, o que sugere uma espécie de pertencimento universal, em camadas, que resiste, portanto, ao turismo. É uma imagem que coloca todos mais ou menos no mesmo lugar ou, ao menos, baseados no mesmo ponto. Ora, não é preciso evocar qualquer estudo demográfico ou sociológico para dizer que essa imagem é falsa. No Brasil, a despeito de uma possível proximidade física entre distintas áreas da mesma cidade, as diferenças entre as classes permanecem enormes. Não é por outro motivo que o Rio de Janeiro ainda pode ser uma espécie de imagem-síntese do país. Os moradores de Ipanema são vizinhos dos moradores da favela do Pavão-Pavãozinho – e por isso mesmo o problema da “vizinhança exótica” permanece. Assim, se o turismo de lugar parece não caber mais, o turismo de classe – vale dizer o problema da representação da alteridade – permanece em aberto. A velha equação não fora mesmo resolvida por Guimarães Rosa.

Quando, num outro texto muito conhecido, Antonio Candido analisa em bloco a narrativa brasileira posterior a Rosa, manifesta uma desconfiança sobre a representação que aquela nova geração de escritores estava fazendo de um ambiente humano que nada teria a ver com o regionalismo, ou seja, o da marginalidade urbana. Dirá o seguinte:

O esforço do atual escritor é o inverso [ao da tradição naturalista]. Ele deseja apagar as distâncias sociais, identificando-se com a matéria popular. Por isso usa a primeira pessoa como recurso para confundir autor e personagem, adotando uma espécie de discurso direto permanente e desconvenionalizado, que permite fusão maior que a do indireto livre. Esta abdicação estilística é um traço da maior importância na atual ficção brasileira (e com certeza também em outras).

Um reparo, todavia. Escritores como Rubem Fonseca primam quando usam essa técnica, mas quando passam à terceira pessoa ou descrevem situações da sua classe social, a força parece cair. Isto leva a perguntar se eles não estão criando um novo exotismo de tipo especial, que ficará mais evidente para os leitores futuros: se não estão sendo eficientes, em parte, pelo fato de apresentarem temas, situações e modos de falar do marginal da prostituta, do

inculto das cidades, que para o leitor de classe média têm o atrativo de qualquer outro pitoresco.⁵¹

O olhar do crítico é preciso. Embora tenha a tendência de ver como experiências muito diferentes essa nova literatura urbana e a experiência regionalista, é capaz de detectar um mecanismo semelhante, o da criação do pitoresco. Ora, o mecanismo é semelhante porque o problema estético é semelhante. Da mesma forma que os regionalistas se batiam para representar o homem rural seja de que recanto for, mas sempre outro, esse ser exótico em relação à classe de origem do escritor e do leitor, o autor daquela “nova narrativa” se bate para representar o universo da marginalidade urbana, também distante, ainda que noutro sentido. Se bate ou se aproveita, conforme for o caso, para capturar novos leitores, ávidos da novidade que, a despeito de se encontrar na rua ao lado ou até mesmo de eventualmente invadir o condomínio onde moram, tem sabor de exótico.

O problema de fundo é o mesmo: como seria possível apagar as distâncias sociais, se não foi possível apagar as distâncias regionais? O esforço de identificação com a matéria popular (na sua vertente regional, digamos assim) já fora feito antes por toda a tradição literária brasileira, com resultados variáveis. Entre nós, a modernização não foi capaz de apagar as velhas diferenças – a “civilização” não tem sido, entre nós e até agora, “niveladora”. Por isso, o problema da representação da alteridade se recoloca, como uma rosca sem fim, sem ponto de chegada. A sensação que Antonio Candido tem de que um novo exotismo se criava não é falsa e permanece ainda hoje, mais de três décadas depois da publicação de seu texto. Para se perceber isso, basta pensarmos em *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, que despertou interesse imediato da crítica exatamente por aquilo que Roberto Schwarz, no parágrafo de abertura de texto publicado em cima do lançamento do romance, destacou como um dos fatores que fazem do livro uma “aventura artística fora do comum”: “o ponto de vista interno”⁵² – eis finalmente, depois de experiências como a de Tito Batini nos anos de 1940 e a de Carolina Maria de Jesus nos anos de 1960, um romance em que finalmente a equação se modifica, e o outro, iletrado, adquire os meios do letramento e se autorrepresenta.

51 CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. op. cit., p. 215.

52 SCHWARZ, Roberto. Uma aventura artística incomum. In: Caderno Mais!, *Folha de S. Paulo*, 7 nov. 1997, p. 5-12. Esse texto seria republicado com o título de *Cidade de Deus* em: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 165-171.

Para discutir esse aspecto de *Cidade de Deus* e ver se de fato o turismo acabou, retomemos o que o próprio Roberto Schwarz diz sobre o que seria a peculiaridade daquele “ponto de vista interno” no romance:

Como o antigo naturalismo, o romance de Paulo Lins deve parte da envergadura e da disposição ousada à parceria com a enquete social. Lembrando que a constelação histórica é outra, talvez se possa dizer que em *Cidade de Deus* os resultados de uma pesquisa ampla e muito relevante – o projeto da antropóloga Alba Zaluar sobre “Crime e Criminalidade no Rio de Janeiro” – foram ficcionalizados do ponto de vista de quem era o objeto do estudo, com a correspondente ativação de um ponto de vista de classe diferente (mas sem promoção de ilusões políticas no capítulo).⁵³

Como se vê, trata-se de “ponto de vista interno” construído a partir de uma metodologia por assim dizer externa. A antropologia criou uma forma moderna e científica para abordar o mundo do outro. O que Paulo Lins teria feito seria uma espécie de conversão de posicionamento: de objeto de estudo a sujeito da escrita. O que talvez pudéssemos acrescentar à leitura de Roberto Schwarz é que se trata de sujeito de escrita constituído a partir de um método que o considera objeto. Em outros termos, é como se o outro finalmente se olhasse, mas não com os seus próprios olhos ou, pelo menos, com óculos. É um ponto de vista interno, mas até que ponto?

A ideia de turismo de classe pode nos ajudar a complicar bastante o problema do ponto de vista interno em *Cidade de Deus*. Se um homem nasce num certo lugar e dali se afasta, o que ele é quando volta depois de muitos anos? Um local ou um turista? O livro de Paulo Lins, assim considerado, não encerra o turismo – como Guimarães Rosa não o encerrara quarenta anos antes –, mas pratica uma de suas outras modalidades. Isso tudo pode ficar mais claro se tomamos o fecho do texto do crítico:

Segundo uma boa fórmula, a sociedade atual está criando mais “sujeitos monetários sem dinheiro”. O seu mundo é o nosso, e longe de representarem o atraso, eles são o resultado do progresso, o qual naturalmente qualificam. No íntimo, o leitor sente-se em casa com eles, pois tendem a realizar o sonho regressivo comum da apropriação direta dos bens contemporâneos.⁵⁴

53 Idem, *ibidem*.

54 Idem, p. 5-13.

Nessa perspectiva, o ponto de vista interno quase se resolve sozinho: se o mundo do outro é o nosso, a perspectiva do pesquisador e a do pesquisado, ou, dizendo de outro modo, a perspectiva do professor (e do estudante de pós-graduação) letrado e a do morador da favela iletrado ou semiletrado aproximam-se. O capitalismo avançou de tal forma entre nós que as diferenças de classe se diluíram em favor de uma experiência comum de consumo. Enfim não haveria mais turismo na medida em que a “civilização niveladora” finalmente se instalou entre nós, ainda que em versão regressiva, já que foi capaz de instalar a regra geral do desejo do consumo sem os mecanismos sociais que diminuem as distâncias entre ricos e pobres dos países centrais.

A análise é interessante e, com os anos, demonstrou estar acertada, praticamente antecipando as mudanças econômicas que se processariam durante os dois governos Lula. Mas a dúvida acerca do nivelamento permanece. Não é à toa que, em 2002, quando o filme *Cidade de Deus* – que é outra coisa – sai e se converte em sucesso internacional, repõe a questão da arte “brutalista” de sabor pitoresco (para aproveitar expressão de Candido) nos últimos anos. Questão que outros sucessos, como *Tropa de elite*, só fizeram reforçar. Nessa nova etapa de universalização do consumo, o que menos importaria seria o “ponto de vista interno”, que se assumiria como “o real” e se venderia como imagem de uma terra exótica sem lei. Afinal, com essa universalização do consumo, nós estamos num momento de finalização do turismo de classe ou, ao contrário, de generalização redutora de sua vigência?

É difícil responder a essa pergunta. O que se pode afirmar é que, se trocarmos o interesse nativista que dá sustentação à ideia “vencida” de regionalismo pela ideia de alteridade, ganhamos a percepção de que o problema do crítico hoje é o de lidar com uma tradição longa que nos constitui e, ao mesmo tempo, enfrentar o desafio de analisar certos desdobramentos contemporâneos do problema do “ponto de vista interno”, por exemplo, que se repõe em certa literatura recente “da periferia” ou “marginal”.